



**RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017  
E  
PARECER DO DEFINITÓRIO**

Cartaxo, 27 de Março de 2018



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'F. J. G.' and other illegible marks.

## RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

### INTRODUÇÃO

De acordo com a alínea b) do art.º 22º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, a Mesa Administrativa apresenta o Relatório e Contas, respeitante ao exercício de 2017, acompanhado do Parecer do Definitório e da certificação legal das contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas BDO & Associados, SROC, Lda, para conhecimento e análise dos digníssimos Irmãos, com vista à votação em Assembleia Geral a 28 de março de 2018.

Na sequência do trabalho de revisão efetuada pela empresa BDO & Associados, SROC, Lda, ao exercício em apreciação, confirmamos os elementos e informações que os serviços administrativos da Instituição facultaram para análise, designadamente no que respeita às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, que apresenta um Ativo Líquido de 3.810.182 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 2.862.028 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 48.497 euros.

No exercício económico em análise, a Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo realizou um total de Rendimentos e Gastos, respetivamente de 2.165.800,87€ e 2.214.297,81€.

O Resultado Líquido é negativo em 48.196,94€ e a Mesa Administrativa propõe que o mesmo seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Consideramos que o ano de 2017, em apreciação, continuou a desenvolver-se num quadro de dificuldades semelhante às que se viveram no ano de 2016. O peso da comparticipação do Estado na estrutura dos rendimentos da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo foi de apenas 23,85 por cento.

A Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo tem como grande preocupação cuidar e apoiar quem mais precisa e, por isso, não descarta a expectativa de receber, no mais curto de espaço de tempo, os valores em dívida pela Segurança Social, que estão essencialmente relacionados com a componente de vagas reservadas para a Segurança Social e Complemento Lares de Idosos que, em 31 de dezembro de 2017, ascendia a 94.509 euros.

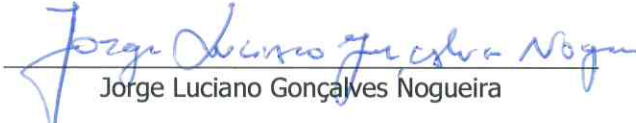
Por último, a Mesa Administrativa quer endereçar um agradecimento a todos os funcionários da Instituição que são, seguramente, os mais responsáveis por levar a cabo a nossa missão.

E, finalmente, para todos os voluntários, homens e mulheres de Misericórdia que servem com dedicação, amor e sacrifício pessoal a nossa Instituição, um agradecimento sincero da Mesa Administrativa.


*"Ninguém vence sozinho, nem no campo, nem na vida!"*

Papa Francisco

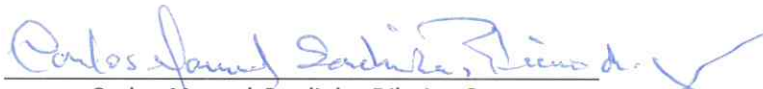
#### **A Mesa Administrativa**

  
Jorge Luciano Gonçalves Nogueira

  
Íris Maria Gaspar das Neves Nunes

  
Eduardo Manuel Samina Lopes

  
Lisete Maria Almeida Pereira

  
Carlos Manuel Sardinha Ribeiro Cruz



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO CARTAXO

## EXERCÍCIO DE 2017

Respostas	Lar S. João					Outras Actividades					TOTAL		
	ERPI - LSU	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Residências	ERPI - CSC	Cantina Social	Administração	ERPI - CSC	Residências	ERPI - CSC		Cantina Social	Administração
Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações de Serviços	484.485,90	65.534,22	116.414,64	124.605,08	591.386,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.032,00	1.384.458,28
Quotas dos Utilizadores/Mensalidades	427.697,40	65.534,22	116.414,64	124.605,08	591.386,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.325.637,78
Participação Utentes	56.788,50												56.788,50
Quotas de Irmãos													2.032,00
Para Outros													0,00
Subsídios, Doações Leg. À Exploração	362.632,72	31.966,33	122.327,06	122,66	1.151,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	587.420,90
Subsídios do Estado Outros E. Públicos	362.632,72	31.966,33	122.327,06	122,66	1.151,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	587.420,90
Centro Regional de Segurança Social	358.534,88	31.776,05	122.135,14	122,66	1.151,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	516.553,57
Doações e Heranças													57.613,37
De Outros Sectores	4.097,84	190,28	191,92	122,66	1.151,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.253,96
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.505,00
Outros Rendimentos e Ganhos	56.950,22	5.448,06	292,72	2.727,73	27.617,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	191.350,15
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos													66,54
Sub.Total Proveitos (1)	904.068,84	102.948,61	239.034,42	127.455,47	620.155,66	4.107,50	4.107,50	4.107,50	4.107,50	4.107,50	4.107,50	168.030,37	2.165.800,87
C.M.V.M.C.	128.843,08	28.826,01	60.787,35	22.620,42	90.485,86	4.173,37	4.173,37	4.173,37	4.173,37	4.173,37	4.173,37	0,00	335.736,09
Géneros Alimentares	105.095,01	24.753,57	55.353,97	18.874,85	75.571,53	4.152,37	4.152,37	4.152,37	4.152,37	4.152,37	4.152,37	0,00	283.801,30
Outros	23.748,07	4.072,44	5.433,38	3.745,57	14.914,33	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	21,00	0,00	51.934,79
Fornecimentos e Serviços Externos	245.617,84	37.535,95	27.284,17	45.499,34	156.541,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	525.227,13
Serviços Especializados	30.874,95	5.909,44	7.548,07	5.710,33	17.895,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.980,72
Materiais	7.496,32	887,82	1.008,50	1.591,00	2.063,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.408,80
Energia e Fluidos	70.564,94	7.300,26	16.675,32	13.525,38	46.776,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.841,96
Deslocações e Estadas	519,98	91,43	80,84	96,95	341,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.389,69
Serviços Diversos	134.620,72	22.908,17	1.971,44	24.457,57	88.547,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.592,41
Plano Actividades Desenvolvimento Pessoal (PADP)	1.540,93	438,83	116,11	116,11	917,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.013,55
Gastos com o Pessoal	631.261,49	60.396,46	126.371,70	50.570,02	301.797,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.170.397,00
Remunerações Certas	516.827,52	46.521,71	99.495,02	39.431,22	240.182,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	942.458,41
Remunerações Adicionais	4.056,27	842,78	2.488,79	958,36	5.939,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.285,89
Formação Profissional / Medicina no Trabalho	1.083,78	358,44	361,53	231,13	746,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.781,00
Encargos sobre Remunerações	103.851,58	10.873,21	22.184,97	8.792,69	51.222,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.924,60
Seg. Acíd. Trab. e Doenças Prof.	5.096,75	1.685,78	1.700,24	1.086,81	3.542,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.112,43
Outros Custos com Pessoal	345,59	114,54	141,15	69,81	163,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	834,67
Gastos de Depreciação e de Amortização	56.253,43												113.437,05
Perdas por Imparidades	8.264,28												14.000,00
Outros Gastos e Perdas	2.296,03	159,74	306,50	458,47	255,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.366,38
Gastos e Perdas de Financiamento													17.134,16
Sub.Total Custos (2)	1.072.536,15	126.918,16	220.485,44	119.148,25	606.263,84	4.173,37	4.173,37	4.173,37	4.173,37	4.173,37	4.173,37	64.772,60	2.214.297,81
Resultado Líquido (1)-(2)=(3)	-168.467,31	-23.969,55	18.548,98	8.307,22	13.891,82	-65,87	-65,87	-65,87	-65,87	-65,87	-65,87	103.257,77	-48.496,94



## SANTA CASA MISERICÓRDIA DO CARTAXO

## EXERCÍCIO 20107

GASTOS		São João					Outras Actividades				TOTAL
Contas	Descritivo	ERPI - LSJ	Centro de dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Residências	ERPI - CSC		Administração			
61	Custo Mercadorias	128.843,08 €	28.826,01 €	60.787,35 €	22.620,42 €	90.485,86 €		0,00 €		335.736,09 €	
62	Fornec. Ser.Externos	245.617,84 €	37.535,95 €	27.284,17 €	45.499,34 €	156.541,75 €		12.748,08 €		525.227,13 €	
63	Gastos c/ Pessoal	631.261,49 €	60.396,46 €	126.371,70 €	50.570,02 €	301.797,33 €		0,00 €		1.170.397,00 €	
64	Gastos Dep. Amort	56.253,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	57.183,62 €		0,00 €		113.437,05 €	
65	Perdas por Imparidades	8.264,28 €		5.735,72 €						14.000,00 €	
68	Outros gastos e Perdas	2.296,03 €	159,74 €	306,50 €	458,47 €	255,28 €		34.890,36 €		38.366,38 €	
69	Gastos perdas Financiam	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		17.134,16 €		17.134,16 €	
	<b>Total Custos</b>	<b>1.072.536,15 €</b>	<b>126.918,16 €</b>	<b>220.485,44 €</b>	<b>119.148,25 €</b>	<b>606.263,84 €</b>		<b>64.772,60 €</b>		<b>2.214.297,81 €</b>	
RENDIMENTOS											
Contas	Descritivo										
71	Vendas									0,00 €	
72	Prest. Serviços	484.485,90 €	65.534,22 €	116.414,64 €	124.605,08 €	591.386,44 €		2.032,00 €		1.384.458,28 €	
75	Sub. Doac. Leg. Exploraç	362.632,72 €	31.966,33 €	122.327,06 €	122,66 €	1.151,26 €		4.107,50 €		587.420,90 €	
76	Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		2.505,00 €		2.505,00 €	
78	Outros Rend. E Ganhos	56.950,22 €	5.448,06 €	292,72 €	2.727,73 €	27.617,96 €		98.313,46 €		191.350,15 €	
79	Juros, dividendos e outros Rendim.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €		66,54 €		66,54 €	
	<b>Total Proveitos</b>	<b>904.068,84 €</b>	<b>102.948,61 €</b>	<b>239.034,42 €</b>	<b>127.455,47 €</b>	<b>620.155,66 €</b>		<b>168.030,37 €</b>		<b>2.165.800,87 €</b>	
<b>Resultado</b>		<b>-168.467,31 €</b>	<b>-23.969,55 €</b>	<b>18.548,98 €</b>	<b>8.307,22 €</b>	<b>13.891,82 €</b>		<b>103.257,77 €</b>		<b>-48.496,94 €</b>	

**SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO CARTAXO**

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

**Ano: 2017**

Felipe  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]

## Índice

Demonstrações Financeiras .....	3
Balanço .....	4
Demonstração de Resultados .....	5
Demonstração de Alterações dos Fundos Patrimoniais .....	7
Demonstração de Fluxos de Caixa .....	9
Nota às demonstrações financeiras .....	10
1. Identificação da Entidade.....	11
a. Dados de identificação.....	11
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras.....	11
a. Referencial contabilístico utilizado .....	11
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	12
a. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.....	12
b. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras .....	15
c. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte) .....	15
4. Activos Fixos Tangíveis	
a. Divulgação para cada classe de activos tangíveis, conforme quadro seguinte: .....	16
5. Activos Fixos intangíveis.....	16
8. Custo dos empréstimos obtidos.....	17
9. Inventários.....	18
10. Rédito .....	18
11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes.....	18
12. Subsídios do governo e outros apoios .....	19
14. Fundos Patrimoniais	20
15. Activos não Correntes Detidos para Venda .....	20
16. Instrumentos Financeiros.....	21
c. Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de activos e passivos	
17. Benefícios dos empregados .....	23
a. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas.....	23
b. Benefícios de Empregados e Encargos da Entidade.....	23

18. Outras Informações.....	24
a. Outras divulgações exigidas por diplomas legais.....	24
b. Outras divulgações que achamos serem relevantes para melhor compreensão dos Resultados.....	24

## **Demonstrações Financeiras**



## Balanço

Empresa: SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO (501118888)

Balanço em

31/dez/2017

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2017	2016
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	4	3 520 497,61	3 584 022,45
Propriedades de investimento	13	0,00	0,00
Activos intangíveis	5	0,00	87,47
Outros activos financeiros	16	4 766,21	3 076,91
Activos não correntes detidos para venda	15	53 505,00	84 000,00
		<b>3 578 768,82</b>	<b>3 671 186,83</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	9	11 325,27	13 043,16
Clientes	16	73 183,46	79 946,74
Adiantamentos a fornecedores	16	974,16	500,00
Estado e outros entes públicos	16	9 769,95	19 011,87
Accionistas/Sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber	16	117 054,28	77 939,85
Diferimentos	16	10 689,84	16 682,81
Caixa e depósitos bancários	16	8 415,76	60 870,11
		<b>231 412,72</b>	<b>267 994,54</b>
<b>Total do ACTIVO</b>		<b>3 810 181,54</b>	<b>3 939 181,37</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos		1 317 848,58	1 317 848,58
Resultados transitados		1 062 373,81	1 072 370,44
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	12	530 302,13	550 097,82
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(48 496,94)</b>	<b>(9 996,63)</b>
Interesses minoritários			
<b>Total do Fundo de Capital</b>	14	<b>2 862 027,58</b>	<b>2 930 320,21</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	8	354 620,07	408 093,00
		<b>354 620,07</b>	<b>408 093,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	16	103 408,86	128 320,17
Adiantamentos de clientes	16	101 320,36	83 760,13
Estado e outros entes públicos	16	44 429,99	43 824,15
Financiamentos obtidos	8	131 912,00	127 750,10
Outras contas a pagar	16	187 903,52	183 745,43
Diferimentos		24 559,16	33 368,18
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		<b>593 533,89</b>	<b>600 768,16</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>948 153,96</b>	<b>1 008 861,16</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>3 810 181,54</b>	<b>3 939 181,37</b>

A Direcção

O Contabilista Certificado

*João António Gomes Vaz*

*João Paulo*

*Eduardo Manuel Simão Lopes*

## Demonstração de Resultados

Empresa: SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO (501118888)  
 Demonstração de Resultados em

31/dez/2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade monetária (1)		
		Períodos		
		2017	2016	
Vendas e serviços prestados	+	10	1 384 458,28	1 317 620,94
Subsídios à exploração	+	12	587 420,90	590 913,67
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	+/-		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	+		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	9.1	(335 736,09)	(321 134,78)
Fornecimentos e serviços externos	-	18	(525 227,13)	(506 958,95)
Gastos com pessoal	-	17	(1 170 397,00)	(1 118 162,60)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11	(14 000,00)	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	-/+		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	15	2 505,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	+	18	191 350,15	155 976,73
Outros gastos e perdas	-	18	(38 367,25)	(3 701,81)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=		<b>82 006,86</b>	<b>114 553,20</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4.5,13	(113 437,05)	(107 679,78)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=		<b>(31 430,19)</b>	<b>6 873,42</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	+	18	66,54	2 822,19
Juros e gastos similares suportados	-	18	(17 133,29)	(19 692,24)
<b>Resultado antes de impostos</b>	=		<b>(48 496,94)</b>	<b>(9 996,63)</b>
Imposto sobre rendimento do período	-/+		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>	=		<b>(48 496,94)</b>	<b>(9 996,63)</b>
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período				
<b>Resultado líquido do período atribuível a: (2)</b>				
Detentores de capital da empresa-mãe	+/-			
Interesses minoritários	+/-			
<b>Resultado por acção básico</b>	=		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A Direcção

*Jorge de Jesus Gomes*

O Contabilista Certificado

*José Paulo*

*Eduardo Manuel Saminha Lopes*

## Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Empresa: SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO (501118888)  
 Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais no período

2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais a tribuídos aos instituidores							Total	Interesses minoritários	Total fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio				Resultado líquido do período
1		1.317.848,58			1.070.986,34			569.893,51	1.384,10	2.960.112,53		2.960.112,53
ALTERAÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2015												
PRIMEIRA ADOÇÃO DE NOVO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO												
ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS									0,00			0,00
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS												0,00
REALIZAÇÃO DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS												0,00
EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS E RESPECTIVAS VARIAÇÕES												0,00
AJUSTAMENTOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS												0,00
OUTRAS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NO CAPITAL PRÓPRIO		0,00	0,00	0,00	1.384,00			(19.795,69)	(1.384,10)	(19.795,79)		(19.795,79)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2				1.384,00	0,00	0,00	(19.795,69)	(1.384,10)	(19.795,79)	0,00	(19.795,79)
RESULTADO EXTENSIVO	3								(9.996,63)	(9.996,63)		(9.996,63)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3								(11.380,73)	(29.792,42)	0,00	(29.792,42)
FUNDOS										0,00		0,00
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS										0,00		0,00
OUTRAS OPERAÇÕES										0,00		0,00
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6=1+2+3+5		1.317.848,58	0,00	0,00	1.072.370,34	0,00	0,00	550.097,82	(9.996,63)	2.930.320,11	0,00	2.930.320,11

O Contabilista Certificado

*[Assinatura]*

*João António Gomes Nogueira*  
*Presidente Caspe dos Navegantes*  
*Eduardo Manuel Samir de Jesus*  
*Directo financeiro da Associação Navegantes*  
*Associação Navegantes, Ilhas do*

Empresa: SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO (501118888)  
 Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais no período

2017

DESCRICÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores						Interesses minoritários	Total fundos patrimoniais			
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização			Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
<b>6</b> <b>POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016</b>		1.317.848,58	0,00	0,00	1.072.370,34	0,00	0,00	550.097,82	(9.996,63)	2.930.320,11	0,00	2.930.320,11
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>												
Primeira adoção de novo referencial contábilístico												0,00
Alterações de políticas contábilísticas												0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												0,00
Excedentes de revalorização de ativos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					(9.996,63)				(19.795,69)	9.996,63		(19.795,69)
<b>7</b> <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.996,63		9.996,63
<b>8</b> <b>OPERAÇÕES COM DEVEDORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>												
Fundos												0,00
Subsídios, doações e legados												0,00
Outras operações												0,00
<b>10</b> <b>POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016</b>		1.317.848,58	0,00	0,00	1.062.373,71	0,00	0,00	530.307,13	(48.496,94)	2.862.027,48	0,00	2.862.027,48

A Direcção

*Fraç do rino geral, Mogi*  
*Isabela Gaspar dos Reis SA*  
*Reunido Samuel Samir do fey*  
*Diretor Financeiro (Assessor) e Receber*

*Carlos Samuel Samir do fey*

O Contabilista Certificado

*Yapuk*

## Demonstração de Fluxos de Caixa

Empresa: SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO (501118888)

Exercício: 2017

Moeda: EUR

Rúbricas	Notas	2017	2016
Recebimentos de Clientes e utentes		1 537 828,12	1 532 245,07
Pagamentos a Fornecedores		-930 263,48	-946 812,37
Pagamentos ao Pessoal		-793 684,80	-752 904,74
<b>Caixa geradas pelas operações</b>		<b>-186 120,16</b>	<b>-167 472,04</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		166 941,21	200 686,02
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>-19 178,95</b>	<b>33 213,98</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		30 000,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		88,76	2 995,97
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>30 088,76</b>	<b>2 995,97</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento(2)</b>			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		15 000,00	587 412,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		29 708,80	49 111,53
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-85 598,16	-708 466,22
Juros e gastos similares		-20 952,68	-19 884,86
Amortiz contratos locação financeira		-2 926,27	-2 693,08
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Fluxos de actividades de financiamento (3)</b>		<b>-64 768,31</b>	<b>-94 520,63</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-53 858,50	-58 310,68
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		60 870,11	119 180,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 011,61	60 870,11

A Direcção

O Contabilista Certificado

*João António Gomes Nogueira*

*João Paulo*

*Isabel Maria Gaspar dos Neves Nunes*

*Edna do Rosário Guimarães de Jesus*

*Vanessa Ferreira de Almeida*

*Carla Maria Santana*

July  
[Handwritten signature]

**Nota às demonstrações financeiras**

July  
[Handwritten signatures and initials]

## **1. Identificação da Entidade**

### **a. Dados de identificação**

**Designação da entidade:** Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo

**Sede social:** Rua do Progresso, nº 45 – 2970-085 Cartaxo

**Nif:** 501118888

**Página da internet:** www.scmcartaxo.pt

**Natureza da actividade** Actividades de apoio social a pessoas idosas

## **2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras**

### **a. Referencial contabilístico utilizado**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

Aviso nº8259/2015, de 29 de Julho (Norma contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo: NCFR-ESNL)

Portaria nº218/2015, de 23 de Julho (Código de Contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo: CC-ESNL;

Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo).

Sempre que a NCFR-ESNL não responda a aspectos particulares que se coloquem em matéria de contabilização ou relato financeiro das transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade recorre, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna supletivamente e pela ordem indicada:

Às NCFR e Normas Interpretativas (NI)

Às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adoptadas ao abrigo do Regulamento nº166/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho

Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações (SIC e IFRIC)

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

✓ Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

✓ Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

✓ Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

✓ Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

✓ Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

#### **a. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

✓ Eventos subseqüentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

✓ Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.



Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

✓ Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Os activos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto á imparidade sempre que exista uma indicação de que um activo possa estar em imparidade.

✓ Imparidade

A empresa avalia se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade no final de cada exercício. Se existir, a empresa estima a quantia recuperável do activo (que é a mais alta entre o justo valor do activo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhece nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados (a não ser que o activo esteja escriturado pela quantia revalorizada, caso em que é tratado como acréscimo de revalorização) e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

✓ Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios

económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contractos que os estabelecem. O gasto com amortizações de activos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de "Gastos/Reversões de depreciação e amortização". Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o activo é desreconhecido.

✓ Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

A evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem á atenção sobre os seguintes eventos de perda:

Significativa dificuldade financeira do devedor;

Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;

Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;

Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu reconhecimento inicial;

✓ Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo".

✓ Fornecedores e outras contam a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

✓ Estado e Outros Entes Públicos

Os valores contidos referem-se a responsabilidades reais da empresa para com as entidades fiscais tais como: Taxa Social Única, Retenções de IRS. Não existem dívidas fiscais, nem Impostos em atraso por liquidar.

✓ Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade.

**b. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras**

Os Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras foram as seguintes:

**c. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte)**

As estimativas são baseadas no melhor reconhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

✓ Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item "Outras variações nos capitais próprios", são transferidos numa base sistemática para resultados á medida em que decorrer o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios á exploração destinam-se á cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados á medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

**4. Activos Fixo Tangível**

Os activos tangíveis apresentam vidas úteis finitas.

As amortizações dos activos intangíveis estão reflectidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização”.

**a. Divulgação para cada classe de activos tangíveis, conforme quadro seguinte:**

Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período que mostra separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações encontra-se no quadro seguinte:

Activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Em 01/01/2016										
Quantias brutas escrituradas	70 255,43	297 629,98	3 317 441,69	979 977,93	113 808,65	97 051,33		79 064,66	6 421,30	4 961 650,97
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			(843 694,07)	(891 711,55)	(104 621,15)	(92 373,24)		(78 652,03)		(2 011 052,74)
Quantias líquidas escrituradas	70 255,43	297 629,98	2 473 747,62	88 266,28	9 187,50	4 678,09	0,00	412,03	6 421,30	2 650 598,23
Adições				10 661,67	0,00	5 633,44		452,64	0,00	16 747,75
Revalorizações										0,00
Transferências			69 314,55						(6 421,30)	62 893,25
Reclassificação/transfereências para investimentos	309 223,49	90 529,64	311 454,35							711 207,48
Alienações, sinistros e abates										0,00
Outras alterações										0,00
Depreciações			(71 899,66)	(28 494,40)	(3 002,50)	(3 652,22)		(483,61)		(107 532,39)
Perdas por imparidade/Outras alterações			(49 831,93)							(49 831,93)
Em 31/12/2016 (01/01/2017)										
Quantias brutas escrituradas	379 478,92	388 159,62	3 698 210,59	990 639,60	113 808,65	102 684,77	0,00	79 517,30	0,00	5 762 499,45
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(995 425,66)	(920 206,05)	(107 583,65)	(96 025,40)	0,00	(79 136,24)	0,00	(2 168 477,00)
Quantias líquidas escrituradas	379 478,92	388 159,62	2 702 784,93	70 433,55	6 125,00	6 659,37	0,00	381,06	0,00	3 584 022,45
Adições					24 345,00	11 116,14			14 363,60	49 824,74
Revalorizações										0,00
Transferências										0,00
Reclassificação/transfereências para investimentos										0,00
Alienações, sinistros e abates					(12 400,00)					(12 400,00)
Outras alterações										0,00
Depreciações			(76 253,52)	(24 647,08)	8 830,31	(6 766,13)		(113,16)		(100 945,68)
Perdas por imparidade/Outras alterações										0,00
Em 31/12/2017										
Quantias brutas escrituradas	379 478,92	388 159,62	3 698 210,59	990 639,60	125 753,65	113 800,91	0,00	79 517,30	14 363,60	5 789 924,19
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	(1 043 679,18)	(944 853,13)	(98 853,34)	(102 791,53)	0,00	(79 249,40)	0,00	(2 269 425,88)
Quantias líquidas escrituradas	379 478,92	388 159,62	2 654 531,41	45 786,47	26 900,31	11 009,38	0,00	267,90	14 363,60	3 520 498,31

Em Dezembro de 2017 foi adquirida a viatura 11-UB-67

**5. Activos Intangíveis**

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas no ponto “Activos Fixos Tangíveis” O mesmo acontece com os métodos de depreciação e vidas úteis utilizadas.

Activos intangíveis	Projectos de desenvolvimento			Propriedade industrial					Activos intangíveis em curso	Totais
	Gerados internamente	Outros	Programas de computador	Marcas comerciais	Cabeçalhos e títulos de publicações	Licenças e franquias	Receitas, fórmulas, modelos, concepções e protótipos	Copyrights, patentes e outros direitos de propriedade industrial, direitos de serviços e operacionais		
Em 01/01			19 257,76	649,89						19 907,65
2016			(19 062,84)	(649,89)						(19 712,73)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	174,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	174,92
Adições										0,00
Revalorizações										0,00
Transferências										0,00
Reclassificações para activos não correntes										0,00
Alienações, sinistros e abates										0,00
Outras alterações										0,00
Amortizações			(87,45)							(87,45)
Perdas por imparidade										0,00
Em 31/12			19 257,76	649,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 907,65
2017			(19 170,29)	(649,89)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(19 820,18)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	87,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	87,47
Adições										0,00
Revalorizações										0,00
Transferências										0,00
Reclassificações para activos não correntes										0,00
Alienações, sinistros e abates										0,00
Outras alterações										0,00
Amortizações			(67,47)							(67,47)
Perdas por imparidade										0,00
Em 31/12			19 257,76	649,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 907,65
2017			(19 257,76)	(649,89)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(19 907,65)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## 8. Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a decomposição da rubrica de empréstimo é a seguinte

Descrição	2017	2016
Descoberto Bancario (CGD)	1 404,00	
Empréstimo bancário curto prazo	131 912,00	127 750,10
Empréstimo bancário ML prazo	354 620,07	408 093,00
<b>Totais</b>	<b>487 936,07</b>	<b>535 843,10</b>

Os juros relativos aos empréstimos bancários totalizam o valor de 17.133,29€

Os empréstimos bancários a MLP referem-se aos contratos 770/78119 com o Novo Banco que terminará no ano de 2022. O contrato de financiamento 85515 para aquisição de uma viatura que foi celebrado em 2015 pelo prazo de 48 meses com FCE Bank pelo montante de 11.850,00€, que terminará em Agosto de 2019, faltando amortizar o valor de 5.381,35€. Em Dezembro/2017 foi efectuado um contrato (090680) para aquisição de viatura do valor de 24.345,00€ que terminará em Dezembro de 2021. A C/Corrente com o NB tem um saldo em 31/12/2017 no valor de 55.000,00€.

## 9. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas pelo seu valor de aquisição acrescido das demais despesas acessórias de compra até à sua entrada em armazém.

É utilizado o sistema de inventário permanente na movimentação dos stocks.

Descrição	2017	2016
Matérias primas	7 459,15	8 273,25
Materiais diversos	3 866,12	4 769,91
Totais	11 325,27	13 043,16

### 9.1 Demonstração do custo das Matérias Consumidas em 31 de Dezembro de 2017

Descrição	2017	2016
Inventario inicial	13 043,16	12 032,18
Compras	334 018,20	322 145,76
Inventario final	11 325,27	13 043,16
Totais	335 736,09	321 134,78

## 10. Rédito

Repartição do valor líquido das prestações de serviços. Os valores referentes ao Lar de S.João e Casa St.Cruz dizem respeito a mensalidades. O valor inscrito em "outros" refere-se o valor mais relevante (56.788,50€) a comparticipação de utentes.

Descrição	2017	2016
Prestação serviços-Lar S.João	734 251,34	690 428,33
Prestação serviços-Casa St.Cruz	591 386,44	578 625,51
Outros/quotas/comparticipações	58 820,50	48 567,10
Totais	1 384 458,28	1 317 620,94

## 11. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As dívidas de clientes/utentes superiores a 1 ano totalizam 72.866,00€. Para um dos utentes existe uma dívida com antiguidade superior a um ano de 32.807,0 (2012 a 2016), representando 45% do valor das dívidas a mais de 1 ano. Existe a perspectiva de exercer um direito (garantia)

da SCMC sobre um imóvel desse utente. Para estes saldos estão constituída provisões/ajustamento de 40.000,00€.

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Saldo final
Perdas por imparidade			
Em clientes/utentes	26 000,00	14 000,00	40 000,00
Totais	26 000,00	14 000,00	40 000,00

## 12. Subsídios do governo e outros apoios

Os subsídios á exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados. No exercício de 2017 foi reconhecido como rendimento o valor de 19.795,69€. Os subsídios não reembolsáveis relacionados com resultados, que ascendem a 529.807,53€, correspondem às comparticipações mensais efectuadas pela SS para o exercício de 2017. Estão por receber comparticipações que ascendem a 94.509,10€.

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			2017					2016				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios a exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos próprios (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídios a exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos próprios (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Subsídios	19 795,69	530 302,13			19 795,69	550 097,82				
		Subtotais	0,00	19 795,69	530 302,13	0,00	0,00	0,00	19 795,69	550 097,82	0,00	0,00
	Subsídios relacionados com resultados	Subsídios	529 807,53					511 038,72				
		Doações	57 613,37					79 874,95				
	Subtotais	587 420,90	0,00	0,00	0,00	0,00	590 913,67	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reembolsáveis												
	Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Totais	587 420,90	19 795,69	530 302,13	0,00	0,00	590 913,67	19 795,69	550 097,82	0,00	0,00	

Os subsídios reconhecidos nos Fundos Próprios desdobram-se como segue:

Descrição	Entidade	2017	2016
Projecto ampliação Lar S. João	PIDADAC	345 062,15	354 647,15
Remodelação Lar S. João	FSE-S.SOCIAL	171 460,56	178 915,38
Inalentejo	FEDER	13 779,42	16 535,29
Totais		530 302,13	550 097,82

**14. Fundos Patrimoniais**

Descrição	2017	2016
Fundos Patrimoniais		
Fundos	1 317 848,58	1 317 848,58
Resultados Transitados	1 062 373,81	1 072 370,44
Outras Variações Fundos Patrimoniais	530 302,13	550 097,82
Resultado Líquido Período	-48 496,94	-9 996,63
<b>Totais</b>	<b>2 862 027,58</b>	<b>2 930 320,21</b>

**15. Activos não Correntes Detidos para Venda**

Mantém a autorização e a expectativa de venda das propriedades pelo valor líquido contabilizado.

Descrição	Valor aquisição	Dep.acumuladas	Aut.venda	Imparidades	Venda	Valor Liq.contabilístico
Prop.Urbana Vale da Pinta	60 000,00	2 700,00	54 000,00	3 300,00		54 000,00
Prop.Urbana R.Dr.Ramada Curto-V.Pinta	33 000,00	495,00	30 000,00	2 505,00	30 000,00	0,00
<b>Totais</b>	<b>93 000,00</b>	<b>3 195,00</b>	<b>84 000,00</b>	<b>5 805,00</b>	<b>30 000,00</b>	<b>54 000,00</b>

**16. Instrumentos Financeiros**

a. As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço

**Clientes**



Activo	2017	2016
Cientes		
Cientes c/corrente	73 183,46	79 946,74
Cientes cobrança duvidosa	40 000,00	26 000,00
Sub total	113 183,46	105 946,74
Perdas por imparidade	40 000,00	26 000,00
Totais	73 183,46	79 946,74

Passivo	2017	2016
Cientes		
Adiantamento de clientes	101 320,36	83 760,13
Totais	101 320,36	83 760,13

#### Estado e outros entes públicos

No período de 2017 foi pedido um reembolso de IVA (alimentação) no valor de 3.569,0€.

Foram recebidos durante o ano de 2017 reembolsos que totalizam 22.443,00€.

Falta receber o valor de 2.807,86€ e estão para pedir reembolso valores que totalizam 6.962,09€

Activo	2017	2016
Imposto sobre o Rendimento		
Retenções Imposto sobre Rendimento		
IVA	9 769,95	19 011,87
Outros imposto		
Totais	9 769,95	19 011,87

Passivo	2017	2016
Imposto sobre o rendimento	5 974,25	5 993,50
Contribuições para a seg.social	38 288,08	37 698,37
Outros (FCT)	167,66	132,28
Totais	44 429,99	43 824,15

#### Fornecedores

Activo	2017	2016
Adiantamentos a fornecedores	974,16	500,00
Totais	974,16	500,00

Passivo	2017	2016
Fornecedores		
Fornecedores c/c	103 408,86	128 320,17
Totais	103 408,86	128 320,17

#### Outras contas a Receber

Activo	2017	2016
Feder/Inalentejo	5 496,37	5 496,37
ISS, IP-Centro distrital	94 509,10	60 470,15
Outros	17 048,81	11 973,33
Totais	117 054,28	77 939,85

Os valores a receber da Segurança Social referentes a comparticipações estão reflectidos no quadro abaixo.

Descrição	Valor
Saldo 2012	4 895,01
Comparticipações 2013 a receber	(1 284,00)
Comparticipações 2014 a receber	14 475,00
Comparticipações 2016 a receber	33 098,00
Comparticipações por receber 2017	43 326,00
Totais	94 510,01

#### Outras contas a Pagar

O valor das remunerações a liquidar referem-se a estimativas de férias, subsídios de férias e encargos.

Passivo	2017	2016
Fornecedores imobilizado	0,00	0,00
Remunerações liquidar	157 896,21	160 380,86
Juros liquidar	0,00	0,00
Outros	30 007,31	23 364,57
Totais	187 903,52	183 745,43

### Disponibilidades

Activo	2017	2016
Caixa	2 628,86	4 741,20
Depositos á Ordem	5 786,90	6 128,91
Outros depositos Bancarios	0,00	50 000,00
Totais	8 415,76	60 870,11

### Diferimentos

Activo	2017	2016
Seguros	2 276,55	11 632,89
Outros	8 413,29	5 049,92
Totais	10 689,84	16 682,81

### Outros Activos Financeiros

Outros Activos Financeiros compreende as entregas feitas ao Fundo de Compensação do Trabalho

Activo	2017	2016
Outros Activos Financeiros	4 766,21	3 076,91
Totais	4 766,21	3 076,91

## 17. Benefícios dos empregados

### a. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Medio pessoas	Nº Horas trabalhadas
Pessoal ao serviço da instituição	105	203280
Pessoas remuneradas	105	203280
Pessoas a tempo completo	105	203280
Pessoas ao serviço da empresa por sexo		
Masculino	5	9680
Feminino	100	193600
Totais		203280

### b. Benefícios de Empregados e Encargos da Entidade

Descrição	2017	2016
Gastos com o pessoal		
Remunerações pessoal	956 744,30	906 998,14
Encargos sobre remunerações	197 061,98	187 487,93
Seguros acidentes trabalho	13 112,43	11 363,47
Outros gastos com pessoal	3 478,29	12 313,06
Totais	1 170 397,00	1 118 162,60

## 18. Outras Informações

### a. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

#### i) Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

### b. Outras divulgações que achamos serem relevantes para melhor compreensão dos Resultados

#### i) Fornecimentos e serviços externos

De salientar a manutenção na generalidade da estrutura dos gastos. De salientar o aumento nos serviços de Fisioterapia de aproximadamente 4.000,00€ devido aumento do nº de horas. Os encargos com utentes aumentaram cerca de 3.271,00 em virtude de a SCMC cada vez receber mais utentes carenciados. O aumento do consumo de electricidade na ordem dos 4.560,00 deve-se em grande parte ao aumento do consumo referente á utilização do aquecimento (ar condicionado).

<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		
Descrição	2017	2016
Subcontratos		
Trabalhos especializados	25 185,48	30 736,95
Publicidade e propaganda	627,30	661,00
Vigilância e segurança	1 612,95	0,00
Honorários	1 597,64	2 997,80
Comissões	0,00	0,00
Conservação e reparação	40 852,82	43 511,20
Ferramentas e utensilio	6 181,67	4 491,75
Livros e documentação técnica	12,00	0,00
Material de escritório	5 798,55	6 330,77
Outros	3 521,11	3 316,33
Electricidade	58 533,88	53 973,56
Combustíveis	72 693,07	74 753,92
Água	23 615,01	21 856,97
Deslocações e estadas	1 389,69	893,63
Rendas e alugueres	0,00	350,00
Comunicação	9 378,75	7 749,52
Seguros	7 378,81	3 015,54
Contencioso e notariado	354,99	185,00
Limpeza higiene e conforto	116 648,22	115 980,33
Sub-total	375 381,94	370 804,27
Outros serviços		
Rouparia	4 361,40	3 233,23
Encargos de saúde c/utentes	19 183,90	15 912,00
Fraldas	40 150,79	38 199,50
Encargos c/serviços médicos	19 257,54	19 200,00
Medicamentos	9 080,21	10 737,16
Serviços de fisioterapia	28 816,69	24 745,46
Outros	28 994,66	24 127,33
Sub-total	149 845,19	136 154,68
Totais	525 227,13	506 958,95

ii) Outros rendimentos e ganhos

O valor referente a alienações diz respeito á venda do veiculo Ford 42-09-JZ (1.650,00€) e á venda da propriedade do Vale da Pinta (30.000,00€)

Descrição	2017	2016
Alienações	31 650,00	0,00
Sinistros	0,00	1 050,66
Rendas	40 913,04	40 778,06
Correções relativas a anos anteriores	2 207,18	0,00
Subsídios	19 795,69	19 795,69
Reembolsos-medc/fraldas/div	64 501,21	72 126,42
Outros	32 283,03	22 225,90
<b>Totais</b>	<b>191 350,15</b>	<b>155 976,73</b>

### iii) Outros gastos e perdas

O valor referente a alienações de 2017 no valor de 33.000,00€ refere-se ao imóvel do Vale da Pinta

Descrição	2017	2016
Impostos	454,08	397,57
Taxas	1 254,12	178,47
Alienações	33 000,00	0,00
Outros		
Correções relativas exerc.anteriores	2 720,20	2 250,08
Quotizações	820,00	720,00
Outros	118,85	155,69
<b>Totais</b>	<b>38 367,25</b>	<b>3 701,81</b>

### iv) Juros e gastos similares

Descrição	2017	2016
Juros financiamento	17 133,29	19 692,24
<b>Totais</b>	<b>17 133,29</b>	<b>19 692,24</b>

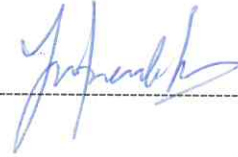
### v) Juros e rendimentos similares

Descrição	2017	2016
Juros de depositos	66,54	2 822,19
<b>Totais</b>	<b>66,54</b>	<b>2 822,19</b>

A Direcção

Jorge Xavier Machado  
~~Historia Gaspar dos Naves~~  
Eduardo Manuel Saminho Lopes  
Vivett Ferreira da Oliveira Reis e  
Carlos Manuel Santos Reis da V

O Contabilista Certificado



# SANTA CASA DA MISERICORDIA DO CARTAXO

## RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

### PARECER DO DEFINITÓRIO

De acordo com o Artº 31, alínea c) do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, somos do seguinte parecer:

- 1 – Analisámos o Relatório e Contas do exercício de 2017, e chegámos à conclusão de que toda a documentação consultada para o efeito se encontrava correta e que deverá ser aprovada.
- 2 – O Relatório da empresa de auditoria, BDO & ASSOCIADOS, SROC, Lda, que consultámos, também nos ajudou a compreender o Relatório e Contas de 2017, dando assim o nosso inteiro acordo à sua aprovação.
- 3 - O Resultado Líquido do Exercício apresentado, é negativo no valor de 48.496,94 €, (depois de ter suportado 113.437,05 € de depreciações do Ativo Fixo Tangível) deverá ser distribuído para a conta de Resultados Transitados.

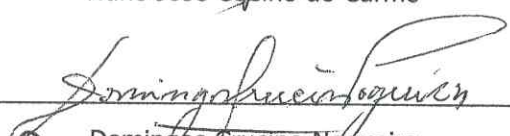
Cartaxo, 27 de Março de 2018.

### O Definitório



---

Nuno José Coelho do Carmo



---

Domingos Crucino Nogueira



---

Mário Ribeiro Jordão



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Cartaxo, (adiante também designada por SCMC ou Santa Casa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3 810 182 euros e um total dos fundos patrimoniais de 2 862 028 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 48 497 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Santa Casa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

É da responsabilidade do órgão de gestão: (i) a preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) a avaliação da capacidade da Santa Casa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 23 de março de 2018

---

José Martinho Soares Barroso, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Santa Casa.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Santa Casa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Santa Casa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Santa Casa descontinue as suas atividades;